



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 263/11

Ementa: Altera § 3º ao art. 1º da Lei 15.051/06 que modifica a Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, e dá outras providências, (Transporte Gratuito às Pessoas com Deficiência).

Art. 1º - O §3º ao artigo 1º da Lei Estadual 15.051/2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

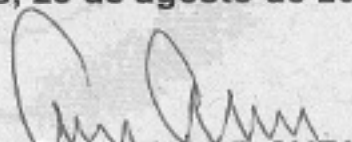
§ 1º - (...)

§ 2º - (...)

§ 3º - Os interessados no benefício desta Lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de 6 (seis) horas, nos casos de linhas de transportes coletivo que atendam Municípios além das regiões metropolitanas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE.


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

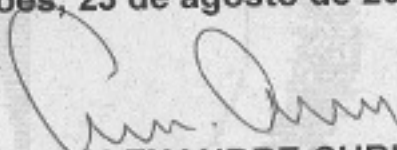
Redação Final ao Projeto de Lei nº 453/11

Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Cascavel, com sede e foro no Município de Guarapuava.


Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Cascavel, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

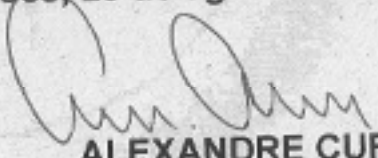
Redação Final ao Projeto de Lei nº 552/11


Ementa: Declara de Utilidade Pública Estadual o "Grupo de Capoeira Raízes – GCR", com sede e foro Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Grupo de Capoeira Raízes – GCR", com sede e foro Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE


RELATOR






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 543/11



Ementa: Declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Balonismo, da cidade de Maringá.

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a FPRB – Federação Paranaense de Balonismo, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2011.

Evandro Junior
Deputado Estadual

14/28 28/06/2011 08:49:65 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Evandro Junior



Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a FPRB – Federação Paranaense de Balonismo, com sede e foro no Município de Maringá – PR. Ressalta-se a importância desta Federação por ser de fins não econômicos, tendo por finalidade promover e divulgar o esporte, levando a população alegria e distração, além de viabilizar por meio de seus projetos a doação de alimentos a entidades de assistência social da cidade de Maringá.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 543/2011

Projeto de Lei nº. 543/2011

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Federação Paranaense de Balonismo**, da Cidade de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI ESTADUAL Nº 6.994/78/PR E LEI FEDERAL Nº 9.790/99 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual **Federação Paranaense de Balonismo**, da Cidade de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Quanto a possibilidade de remuneração aos dirigentes, a Lei Federal nº 9.790/99 prevê tal possibilidade, em seu artigo 4º, VI, suprimindo assim, a falta de artigo no estatuto onde conste que os membros do Conselho não são remunerados.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DÚCIO GENARI

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

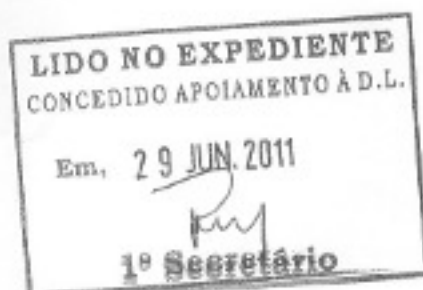
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI

548/11

D. L.

Fls. 02



Súmula: Declara de Utilidade Pública a AMAS – AGENTES MULTIPLICADORES AMBIENTAIS PARA A SUSTENTABILIDADE, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a AMAS – AGENTES MULTIPLICADORES AMBIENTAIS PARA A SUSTENTABILIDADE, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2011

TONINHO WANDSCHEER
Deputado Estadual

Justificativa:

Trata-se de associação civil de direito privado e de caráter ambiental, sem fins lucrativos, constituída em 28 de fevereiro de 2009, tendo por finalidade apoiar, desenvolver e promover ações sustentáveis para a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, tendo entre outros objetivos sociais a prática de atividades para promover a educação e desenvolvimento de ações ambientais que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e promoção de estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos na área ambiental.

A documentação anexa ao presente demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

16:04 29/06/2011 085363 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 548/2011

Projeto de Lei nº. 548/2011

Autor: Deputado Estadual Toninho Wandscheer

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Amas – Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade**, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Amas – Agentes Multiplicadores Ambientais para a Sustentabilidade**, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



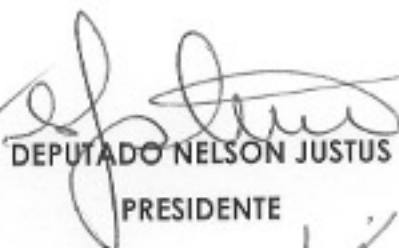
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



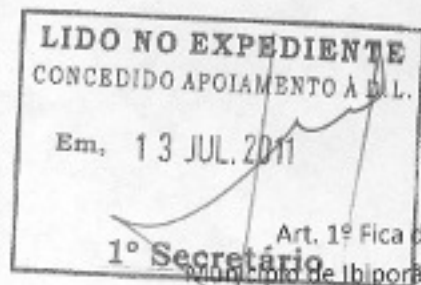
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 575/11



DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Carlos Galera, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 13 de julho de 2011.

ÉLIO RUSCH

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública o Instituto Carlos Galera, com sede no Município de Ibiporã.

Esta Associação é entidade sem fins lucrativos, já declarada de utilidade pública no âmbito municipal (Lei Municipal nº 2.290/2009), com propósito de proteção ao meio ambiente e aos animais rejeitados e excluídos, bem como promover a conscientização da sociedade sobre os cuidados com os animais, conforme disposto no estatuto social da entidade.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 575/2011

Projeto de Lei nº. 575/2011

Autor: Deputado Estadual Elio Rusch

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Instituto Carlos Galera**, com sede e foro no Município de Ibiporã.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Carlos Galera**, com sede e foro no Município de Ibiporã.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR